

## ÍNDICE GERAL

APRESENTAÇÃO	9
1. PRÓLOGO	11
2. OS DIVERSOS TIPOS DE “ESCRAVATURA MODERNA”	17
2.1. Escravatura	20
2.2. Servidão por dívidas	27
2.3. Trabalho forçado ou obrigatório	29
2.4. Casamento forçado	37
2.5. Tráfico de pessoas	39
3. A “ESCRAVATURA MODERNA” À LUZ DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO	45
3.1. Convenções relativas à Escravatura (1926 e 1956)	46
3.2. Convenções da Organização Internacional do Trabalho	51
3.3. Pacto Internacional sobre os Direitos Cíveis e Políticos	66
3.4. Convenção e Protocolo Facultativo sobre os Direitos da Criança	71
3.5. Protocolo Adicional relativo à Prevenção, à Repressão e à Punição do Tráfico de Pessoas, em especial de Mulheres e Crianças	82
3.6. Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia e legislação europeia	92
3.7. Convenção Europeia dos Direitos Humanos e outras Convenções do Conselho da Europa	105

4. A “ESCRAVATURA MODERNA” NA JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL EUROPEU DOS DIREITOS HUMANOS (CASOS-CHAVE)	123
4.1. Caso Siliadin c. França, de 26 de julho de 2005	125
4.2. Caso Rantsev c. Chipre e Rússia, de 7 de janeiro de 2010	128
4.3. Caso Chowdury e outros c. Grécia, de 30 de março de 2017	132
4.4. Caso S.M. c. Croácia, de 25 de junho de 2020	136
4.5. Caso V.C.L. e A.N. c. Reino Unido, de 16 de fevereiro de 2021	144
4.6. Súmula	150
5. O CÓDIGO PENAL PORTUGUÊS – EM ESPECIAL OS CRIMES DE ESCRAVIDÃO E TRÁFICO DE PESSOAS	155
5.1. Tratamento jurídico-penal	158
5.1.1. Breve panorâmica da legislação sobre tráfico de pessoas doutros países	169
5.2. Os tribunais portugueses e a situação em Portugal	180
CONSIDERAÇÕES FINAIS	193
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	197
Monografias e artigos	197
Organizações internacionais e nacionais (atas, relatórios e outra documentação)	201
Jurisprudência	204